



Por uma rede pública e única

O FNDC defende o conceito de rede pública e única e a garantia à população de acesso universal a uma oferta de vídeo, voz e dados.

Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens (rádio e televisão terrestres) são os meios de comunicação social de massa que mais se fazem presentes na vida da população brasileira. Seja pela abrangência de cobertura de suas redes físicas, pela facilidade de recepção de seus sinais, pela percepção de gratuidade do serviço ou pela facilidade com que seu conteúdo é percebido por cidadãos de todas as idades e classes sociais.

A implantação e o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) foi uma oportunidade única para não apenas melhorarmos a definição e dar maior robustez ao sinal que chega a milhões de domicílios. Foi uma brecha que permitiria incluir digitalmente a população por meio do acesso a uma gama inimaginável de serviços interativos e outras aplicações. Seria uma válvula de escape para um meio que até hoje mantém o cidadão como consumidor passivo de uma programação cuja produção é concentrada no eixo Rio-São Paulo e cuja distribuição é dominada por seis redes privadas comerciais.

Para cumprir seu papel sócio-cultural, observando as definições estabelecidas pela Constituição Federal, o SBTVD deveria ter sido planejado e implementado de modo a atender as seguintes demandas de conteúdo da população brasileira:

a) **Entretenimento e Lazer** – programação que proporcione condições para que os indivíduos tenham opções de divertimento e de ocupação em seus momentos não-produtivos, de acordo com seus interesses, concepções e valores;

b) **Formação Cultural** – programação que crie condições de acesso às fontes, presentes e passadas da cultura nacional e ao patrimônio cultural da humanidade;

c) **Educação e Capacitação** – programação que disponibilize, sistematicamente ou não, informação destinada a contribuir para que os indivíduos compreendam a realidade social e natural ou orientada que estes tenham acesso a conhecimento relevante para o desenvolvimento de capacidade para o exercício de funções determinadas ou para a aquisição de habilidades específicas.

d) **Promoção da Cidadania** – programação que disponibilize informação e interpretação sobre os mais variados aspectos da atualidade da vida social e dos negócios públicos, com estímulo à capacidade crítica, ao desenvolvimento da autonomia intelectual e ao exercício dos direitos e deveres inerentes à cidadania.

A convergência no Brasil deve ser planejada considerando-se o contexto das diversas plataformas tecnológicas de comunicação social – que envolvem distintas possibilidades e limites para o acesso dos cidadãos ao conteúdo digital e recursos de interatividade – e visando a otimização de suas decorrentes possibilidades econômicas, políticas e culturais. Seu planejamento deverá especificar as definições e implementações do processo de digitalização que deverão ser adotadas conjuntamente pelas diversas plataformas de comunicação social.

A especificação dos recursos de interatividade a ser proporcionados precisa ser definida a partir da identificação do conjunto das possibilidades de acesso, pelos diversos estratos da população, às facilidades já disponibilizadas ou disponibilizáveis, em bases econômicas, pelas plataformas existentes de comunicação social, de telefonia fixa e móvel e de outras modalidades de telecomunicações. Tal especificação precisa levar em conta as melhores alternativas tecnológicas e econômicas, de modo a possibilitar que as facilidades da banda larga e os recursos de interatividade fiquem acessíveis ao maior contingente possível da população brasileira, através da adequada mobilização das diversas plataformas tecnológicas.

Ao deixarmos de fora as comunicações do princípio de bem público que rege os demais serviços, permitimos que o sistema de financiamento via publicidade se tornasse insuficiente e os serviços privados, excludentes. É inconcebível imaginar que uma família precise desembolsar um terço de um salário mínimo se quiser ter um pacote básico de serviços de comunicação em seu domicílio. Precisamos repensar as bases de sustentação financeira deste novo sistema de comunicação (comunicação social digital e telecomunicações) valendo-nos não apenas dos exemplos vigentes no exterior como concebendo caminhos adequados à realidade social e econômica dos cidadãos brasileiros.

Por isso, a proposta do FNDC se sustenta em dois pilares: a noção de rede pública e

única e a oferta de um pacote de vídeo, dados e voz, acessível às mais diferentes faixas de renda da população. Um eixo sustenta e garante o outro. De um lado, uma rede com desagregação de serviços, interconexão e compartilhamento de infra-estrutura racionaliza os custos de operação, reduzindo os preços para permitir a inclusão. De outro, o financiamento do sistema em grande escala permite a expansão das redes para os grotões de um Brasil continental. Sem um dono, o sistema tornar-se-á realmente público e democrático também no sentido do acesso, permitindo que qualquer brasileiro disponibilize conteúdos dos mais diferentes formatos. Em outras palavras, é preciso que o pacote de vídeos, dados e voz esteja ao alcance de qualquer domicílio que possa pagar um preço mínimo mensal pelos serviços, sem que uma família de baixa renda fique a mercê do interesse econômico de uma empresa em atender ou não determinada comunidade ou classe social.

Neste sentido, acreditamos que o equacionamento dos diversos interesses aqui listados deverá ser responsabilidade de uma instituição pública não-governamental cuja atribuição principal será a organização dos serviços digitais e o gerenciamento da infra-estrutura de redes nas tecnologias existentes e nas que porventura surjam. Esta figura será criada por regulamentação específica e seguirá o conceito de rede pública e rede única, evitando o desperdício de recursos públicos e privados na implantação de infra-estruturas distintas e paralelas, de forma a não gerar aumento dos custos dos serviços a serem repassados aos usuários e endividamento de empresas. Trata-se de criar a Organização Nacional de Serviços Digitais (ONSD).

Estamos presenciando o nascimento de um novo sistema. Logo, sua cadeia de valor e seu modelo de serviços, que embute o modelo de negócios não se esgotando nele, precisam ser debatidos em profundidade. Se a tecnologia da televisão digital acabou sendo submetida a demandas de um único setor e centrada na visão do negócio, não podemos repetir o erro. O mesmo se dá no caso do rádio digital que sequer foi debatido com a sociedade e se encaminha para um desfecho onde o interesse público e sequer os parâmetros regulamentares para os testes com o padrão a ser definido foram respeitados.

O atendimento às necessidades de conteúdo deve ser assegurado, em alguma medida, na atuação de cada operador e, de um modo geral, pelo conjunto dos agentes, em cada área de prestação do serviço. Esta função deve presidir o planejamento e a estruturação de qualquer processo regulatório em torno da convergência como um todo e, particularmente, a complementaridade dos sistemas Privado, Estatal e Público que o integram. Os requisitos de planejamento e de estruturação devem especificar, em linhas gerais, as cadeias produtivas e a base de sustentabilidade dos sistemas Privado, Estatal e Público, como fundamento da economia do novo sistema.

Rádios e TVs comunitárias, universitárias e outros meios de caráter público sem fins

lucrativos devem ter espaço assegurado nesta nova estrutura de distribuição e transporte. Não vemos motivos plausíveis para que essa incorporação não seja garantida pelo sistema privado-comercial. Atualmente, empresas de telecomunicações abrem mão de um percentual de sua receita líquida para financiar a universalização do serviço. Operadoras de TV por assinatura carregam em seus line-ups os canais básicos de utilização gratuita. É justo, portanto, que empresas de radiodifusão subsidiem a produção de conteúdo audiovisual de natureza não-comercial, uma vez que também serão beneficiadas pela racionalidade econômica alcançada com a estruturação de uma rede pública e única de comunicações digitais.

Ações afirmativas para garantir o financiamento da produção independente e a programação regional passam longe de qualquer tentativa de censura ou controle da opinião pública. Em qualquer democracia liberal, cabe ao Estado atuar no sentido de impedir que interesses empresariais não submetam o interesse público.

No momento em que as fronteiras físicas dos suportes de comunicação social e interpessoal se apresentam diluídas pelo advento da convergência, precisamos buscar um processo regulatório que subordine a economia e a tecnologia à cultura. Esta deve ser entendida como o conjunto das produções materiais e simbólicas constituidoras de uma identidade nacional, composta pelas diversidades de um povo.

Além disso, para estabelecer os parâmetros da reestruturação dos sistemas e mercados de comunicação, precisamos reconhecer que todos os sistemas de comunicação social – e suas redes e aparatos tecnológicos - são desenvolvidos fundamentalmente para o transporte e a distribuição de conteúdo. Isto de ser feito através do planejamento e da implementação das tecnologias digitais de transporte e distribuição de conteúdo, constitutivos dos novos serviços digitais de comunicação.

Se nada for feito, imperará a lei do mais forte e o mercado, ao contrário do momento de sua elaboração, definirá as bases da nova regulamentação da TV por assinatura, apenas acomodando interesses dos grupos privados estrangeiros.